

## Emenda Constitucional 133/2024: Desafios e Oportunidades para a Inclusão no Legislativo Brasileiro

### Autor(es)

Luciana Calado Pena  
Sadraque Rocha Da Silva  
Carine Silva Diniz  
Habib Ribeiro David  
Vamberth Soares De Sousa Lima  
Kannandha Nunes Costa  
Cintia Batista Pereira

### Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

### Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE RIBEIRÃO DAS NEVES

### Introdução

A Emenda Constitucional 133/2024 (BRASIL, 2024) foi aprovada para modernizar o sistema legislativo brasileiro, visando a efetiva participação de grupos vulneráveis no processo legislativo. A emenda impõe aos partidos a obrigatoriedade de aplicar recursos financeiros para candidaturas de pessoas pretas e pardas, a fim de garantir um processo eleitoral justo, tornando-o mais ágil e acessível. Contudo, a emenda apresenta lacunas significativas, especialmente no que diz respeito à inclusão e representatividade de grupos historicamente marginalizados, como mulheres, negros e a comunidade LGBTQIANP+. A falta de medidas específicas para garantir a participação desses grupos no legislativo pode limitar a eficácia da emenda e perpetuar desigualdades estruturais. Em um contexto onde a diversidade é fundamental para a legitimidade do sistema, é imperativo discutir a adequação da Emenda 133/2024 e considerar alternativas que garantam maior inclusão e representação no legislativo.

### Objetivo

Este estudo tem como objetivo analisar a eficácia da Emenda 133/2024 em promover a equidade no sistema eleitoral brasileiro e propor a reserva de cadeiras para mulheres, pretas, pardas e LGBTQIANP+ como uma estratégia mais eficaz para garantir a diversidade e a inclusão no poder legislativo.

### Material e Métodos

A pesquisa foi conduzida por meio de uma abordagem qualitativa e quantitativa. Inicialmente, foi realizada uma revisão de literatura focada na relação entre diversidade, inclusão e eficácia no sistema legislativo, explorando como a representatividade impacta a formulação de políticas públicas e a legitimidade do processo democrático. Em seguida, foram coletados dados estatísticos sobre a representação de mulheres, pretos, pardos e LGBTQIANP+ no legislativo do Brasil, analisando tendências e lacunas na participação desses grupos ao longo dos anos. A combinação dessas abordagens permitiu uma compreensão abrangente da situação atual e das

necessidades de inclusão no sistema político, destacando a urgência de medidas que promovam uma representação mais equitativa.

## Resultados e Discussão

Apesar de ambiciosa, a emenda não aborda a inclusão efetiva de grupos marginalizados. A representação de mulheres, negros, pardos e LGBTQIANP+ no legislativo continua baixa, refletindo desigualdades sociais. A reserva de cadeiras é uma estratégia importante para garantir que as instituições públicas representem a diversidade da sociedade. Para implementar essa prática de maneira equitativa, é crucial mapear a porcentagem de grupos sub-representados, como mulheres, minorias étnicas e pessoas com deficiência. Um levantamento demográfico pode identificar a proporção de cada grupo na população. Por exemplo, se 50% da população é mulher, 20% pertence a minorias étnicas e 10% têm deficiência, essa distribuição deve guiar a reserva de cadeiras. Em um conselho de 20 cadeiras, poderiam ser alocadas 10 para mulheres, 4 para minorias étnicas e 2 para pessoas com deficiência, refletindo a população local. Essa abordagem promove inclusão e assegura uma tomada de decisões mais representativa.

## Conclusão

A Emenda Constitucional 133/2024 falhar em transformar o sistema legislativo ao não incluir medidas de inclusão. Reservar cadeiras para mulheres, negros, pardos e LGBTQIANP+ é fundamental para garantir uma representação efetiva e atender à demanda por equidade. Essa ação promoveria uma democracia mais inclusiva, assegurando que diversas vozes sejam ouvidas, contribuindo para políticas públicas que refletem a diversidade da sociedade e avancem em direção a um futuro mais justo e igualitário.

## Referências

BRASIL. Emenda Constitucional 133/2024. Diário Oficial da União, 2024. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Emendas/Emc/emc133.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc133.htm). Acesso em: 01 out. 2024.

GÊNERO E DIREITOS HUMANOS NO PODER JUDICIARIO. [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2023/12/rel-edu-e-dh-versao-02-3-26jun2023.pdf>. Acesso em: 03 out. 2024.

MEDEIROS, Ettore et al. Comunicação, diversidade e inclusão. Belo Horizonte: PPGCOM UFMG, 2024. Disponível em: <https://seloppgcomufmg.com.br/wp-content/uploads/2024/04/Comunicacao-diversidade-e-inclusao-Selo-PPGCOM-UFMG.pdf>. Acesso em: 21 out. 2024.

CAMPOS, Luiz Augusto; MACHADO, Carlos. A cor dos eleitos: determinantes da sub-representação política dos não brancos no Brasil. Revista Brasileira de Ciência Política, n. 16, p. 121-151, abr. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-335220151606>. Acesso em: 21 out. 2024.